



MINUTA DE ATA DA 54ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER - CNDM

1 A 54ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - CNDM foi realizada entre
2 os dias 20 e 22 de novembro de 2018, no Hotel Nacional, localizado no SHS, Quadra 01, Bloco A –
3 Asa Sul, na cidade de Brasília/DF. O encontro foi oficialmente aberto pela Secretária Nacional de
4 Políticas para as Mulheres e Presidente do CNDM ANDREZA WINCKLER COLATTO, quem fez
5 uma apresentação sobre os avanços na Secretaria. Registra-se a ocorrência da reunião da sociedade
6 civil no dia 19 de novembro de 2018, das 14h às 18h, no Hotel Nacional. **APRESENTAÇÃO DA**
7 **SNPM:** A presidente do CNDM ANDREZA COLATTO informou sobre as ações da SNPM
8 realizadas com base na transversalidade, assim como apresentou a força de trabalho e estrutura com
9 organograma, da SNPM, após a transição para o Ministério dos Direitos Humanos. Relatou
10 brevemente sobre o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres – PNPM e destacou sobre a
11 evolução do orçamento na SNPM onde 2017 o valor era de R\$ 97.000.00,00; em 2018 de R\$
12 70.000.000,00 e para 2019 o valor de R\$ 704.000.000,00. Abordou diversas ações realizadas sobre
13 Enfrentamento à Violência, assim como ações para melhoria do atendimento prestado pela Central
14 Ligue 180. Relatou sobre o acompanhamento legislativo, o Programa Mulher Viver sem Violência,
15 Casa da Mulher Brasileira, assim como os avanços legislativos. **ASSINATURA DE TERMOS DE**
16 **POSSE:** Em seguida, as Conselheiras receberam o termo de posse, cuja entrega só foi possível neste
17 momento, com a publicação da Portaria nº 302, de 06 de setembro de 2018, do Ministério dos Direitos
18 Humanos. A Conselheira GEORGIA DIOGO solicitou que fosse elaborada ata da reunião, ainda que
19 de forma resumida, tendo em vista que o regulamento do Conselho prevê apenas a publicação de ata
20 por meio de gravação e degravação, o que ocasiona, com frequência, atrasos na divulgação das
21 deliberações tomadas no seio das reuniões ordinárias. Na sequência, foi lida carta da Conselheira
22 emérita eleita ELEONORA MENEUCCI pela Conselheira Lucimara Cavalcante, da MSk Brasil,
23 conforme transcrição de áudio: “Prezadas Conselheiras da Sociedade Civil do Conselho Nacional dos
24 Direitos da Mulher agradeço imensamente a indicação de meu nome como conselheira emérita. Sem
25 dúvida alguma foi um reconhecimento pelo que fiz para as mulheres brasileiras durante toda minha
26 vida e na minha gestão como Ministra de Estado da Secretaria de Políticas para Mulheres na gestão
27 da grande guerreira presidenta Dilma Rouseff. Seu afastamento do poder sem nenhum crime foi a
28 primeira etapa de um violento golpe na nossa democracia como também a prisão do presidente Lula
29 sem nenhuma prova, apenas para impedi-lo de candidatar à presidência cominando assim com a
30 eleição de um presidente que defende a tortura e a violência. Por esses motivos estou desde 2016 na
31 luta contra este golpe e na defesa intransigente da democracia sendo coerente com minha história de
32 vida na defesa da democracia dos direitos das mulheres declino do convite de conselheira emérita e
33 conseqüentemente do cargo de conselheira emérita com respeito e a certeza que continuaremos juntas.
34 Eleonora Menicucci”. **A Conselheira eleita ANDREMARA DOS SANTOS agradeceu a SEPIR,**
35 **na pessoa da Conselheira Roseli de Oliveira e a todas as Conselheiras por sua eleição como**
36 **conselheira de notório saber e falou sobre a necessidade de fortalecimento da luta das mulheres.**
37 A Conselheira eleita afirmou que essa mudança de paradigma deve contar com o apoio dos homens
38 que acreditam na importância da defesa das mulheres e alegou a importância da pluralidade e do
39 respeito às diferenças. A nova Coordenadora-geral do CNDM, ROSANGELA VICENTINI, recebeu
40 as boas vindas pela Conselheira GLAUCIA MORELLI, em nome das demais. Dando continuidade,
41 a Conselheira da Confederação das Mulheres do Brasil pediu um levantamento de emendas logradas
42 nos anos anteriores e a relação de políticos que as aprovaram. Solicitou, ainda, que seja enviada uma
43 carta do CNDM para os novos parlamentares saudando seu mandato e pedindo seu compromisso na
44 luta para que as emendas não sejam cortadas. Pediu, também, reunião de uma comissão do CNDM
45 com o relator do orçamento no Congresso para que seja demonstrada a importância de manter a verba
destinada a políticas para mulheres. A Conselheira JOVANA BABY pediu uma aclamação pelo dia

46 20 de novembro, Dia da Consciência Negra, em especial, às mulheres travestis, em sua maioria,
47 negras. A Conselheira CELINA AREAS pediu leitura e aprovação da pauta, o que não tinha sido feito
48 até o momento. Ressaltou preocupação com a ausência do tema da Conferência das Mulheres na
49 pauta, o que tinha sido deliberado na última reunião. Concordou com a solicitação da Conselheira
50 GEORGIA DIOGO para que a ata traga deliberações em sua composição. Pediu correção no nome
51 de sua instituição para Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras, uma conquista recente da entidade.
52 A Conselheira ISIS TAVARES defendeu, como representante da Confederação Nacional dos
53 Trabalhadores em Educação, a importância dos debates plurais nas escolas. A Conselheira ROSELI
54 de OLIVEIRA agradeceu ao pleno a escolha da Conselheira ANDREMARA DOS SANTOS como
55 Conselheira de notório saber. Afirmou que sua posse no “Dia da Consciência Negra” é um marco
56 para a luta das mulheres negras brasileiras. A presença da nova Conselheira eleita LOURDES
57 BARRETO, na categoria de notório saber, foi igualmente ovacionada, quem defendeu a união das
58 diversas entidades neste momento. A Conselheira JEANETE MAZZIEIRO alegou que o Conselho
59 não pode ser extinto por ter sido criado por Lei, relatando alguns fatores históricos dessa trajetória, a
60 publicação de Decretos que reformularam o papel do Conselho e pedindo pela anecessidade do
61 fortalecimento deste. A Conselheira VANJA ANDREA levantou a hipótese de que já seja convocada
62 a segunda Conselheira no cargo de Conselheira Emérita, em função do declínio da Conselheira
63 MENEUCCI. Defendeu, ainda, que as Conselheiras devem estar atentas às discussões e iniciativas
64 legislativas. O Conselho deve ser órgão de vigília, segundo a representante da União Brasileira de
65 Mulheres. Conclamou, também, a união de todas as entidades do CNDM. **APROVAÇÃO DA**
66 **PAUTA:** A Conselheira ANDREMARA DOS SANTOS **solicitou que houvesse alteração na**
67 **ordem da pauta do conselho, para melhor ordenar e conferir objetividade ao fluxo de trabalho**
68 **da reunião.** Nesse contexto, a Conselheira LUCIMARA VARANIS lembrou que a Sociedade Civil
69 havia se manifestado pela pauta elaborada pelo Governo e havia solicitado alterações que,
70 aparentemente, não tinham sido contempladas na pauta atual, apesar de acatas pela coordenação. A
71 Conselheira FABIANA GADELHA defendeu que o CNDM pudesse criar mecanismos de
72 reivindicação, em especial, à bancada feminina no Congresso, para a continuidade das pautas do
73 Conselho. Pediu, ainda, que a visita ao presídio feminino, prevista para a manhã do dia 21 de
74 novembro de 2018 fosse mantida em função dos acertos realizados pelo MDH. A Conselheira
75 lembrou, também, decisão proferida na última reunião para que a bancada feminina fosse convidada
76 para o encontro do CNDM. A Conselheira CHOPELLY DOS SANTOS esclareceu que a visita ao
77 presídio foi uma demanda da Câmara Técnica de Planejamento e Orçamento, a qual participa, e
78 sugeriu que a visita fosse restrita a algumas pessoas que poderiam produzir relatório técnico. A
79 Conselheira MARGARETH de ALMEIDA pediu, na continuidade, a leitura da pauta para aprovação.
80 A Conselheira CRISTIANE KONDO reafirmou que pontos sugeridos pela Sociedade Civil não
81 estavam contemplados nesta e deveriam ser discutidos. Sobre a pauta, o Conselho assim **DECIDIU:**
82 **manter as reuniões das Câmaras Técnicas para a tarde do dia 20 de novembro de 2018, em função das**
83 **salas já alugadas. A maioria das Conselheiras DECIDIU postergar a visita ao presídio feminino,**
84 **prevista para a manhã do dia 21 de novembro de 2018, para uma próxima oportunidade. Ficou**
85 **DELIBERADO,** ainda, que a Câmara Técnica de Planejamento e Orçamento iria propor uma
86 proposta de trabalho da visita ao presídio. Ficou **DECIDIDO,** então, a inclusão dos seguintes itens
87 na pauta: a discussão sobre a Conferência Nacional de Mulheres e a transição governamental.
88 **DECIDIU-SE,** também, a elaboração de um documento sobre histórico e propostas do CNDM para
89 o próximo Governo. A Conselheira JEANNETE MAZZIEIRO esclareceu sobre a elaboração do
90 referido documento que traz o histórico do CNDM e que precisaria ser formatado, ainda, pelas
91 advogadas do Grupo e constará como **ANEXO I.** A Conselheira SHEILA SABAG lembrou,
92 também, a existência do documento sobre todos os Conselhos que deve ser debatido e aprovado no
93 pleno. A nova pauta ficou assim **DELIBERADA** e constará como **ANEXO II.** A Conselheira
94 SHEILA SABAG pediu observação ao Regimento Interno do CNDM o qual limita as intervenções
95 das Conselheiras por 5 minutos, com direito a réplica. **REUNIÃO DAS CÂMARAS TÉCNICAS**
96 **PERMANENTES:** na sequência, as Câmaras Técnicas se reuniram, em grupos, para discussão e
97 deliberação das atividades dos respectivos planos de trabalho. **TRANSIÇÃO GOVERNAMENTAL**
98 **E ELABORAÇÃO DO DOCUMENTO SOBRE O CNDM.** O segundo dia da reunião, dia 21 de
99 novembro de 2018, teve início com a leitura de carta a ser enviada ao Presidente eleito, Jair Bolsonaro,
100 e sua equipe de transição, iniciativa da Conselheira JEANETE MAZZIEIRO. A leitura do documento
101 foi realizada pela Conselheira FABIANA GADELHA. As Conselheiras presentes fizeram
102 observações sobre o documento apresentado e solicitaram a inclusão de demais conquistas logradas

103 na área de políticas para as mulheres, dos avanços legislativos não mencionados, dos progressos no
104 cenário internacional e de dados sócio-econômicos do IBGE. Sugeriu-se, ainda, a inserção de uma
105 conclusão com a solicitação expressa do que o Conselho pretende atingir com este documento. A
106 Conselheira JOVANNA BABY sugeriu que a carta seja transformada em ‘Decisão’, pois o Conselho
107 é deliberativo, e também, que sejam inseridos os “considerandos” para que a situação das mulheres
108 seja refletida na demanda. A Presidente Suplente KILVIA TEIXEIRA relembrou as formas de
109 manifestação previstas no Art. 14 do Regimento Interno do CNDM e propôs que a carta fosse
110 elaborada em forma de “Moção”, o que foi acatado pelas Conselheiras presentes. **DECIDIU-SE**,
111 então, que o documento seria reformulado e reapresentado na manhã do dia seguinte. **DELIBEROU-**
112 **SE** pela composição, por parte da sociedade civil, da Comissão que faria a nova proposta:
113 Conselheiras JEANETE MAZZIEIRO, ANDREMARA DOS SANTOS e EDUARDA MOURÃO. A
114 nova proposta da Moção foi apresentada pela Conselheira ANDREMARA DOS SANTOS, na manhã
115 do dia 22 de novembro, com a seguinte estrutura: 1) Moção a ser entregue ao Presidente eleito e sua
116 equipe de transição e 2) registro histórico dividido em: 2.a) origem e composição do CNDM; 2.b)
117 finalidades e competência do CNDM e 2.c) conquistas e realizações governamentais na área de
118 políticas para as mulheres com atuação decisiva do CNDM, nas áreas nacional e internacional. A
119 Conselheira JEANETE MAZZIEIRO reiterou a importância de manter no documento a solicitação
120 de que a SNPM seja redefinida com o status de Ministério, preservando a sua autonomia financeira e
121 institucional. A Moção foi **APROVADA** pelas Conselheiras, com alguns ajustes propostos, e
122 **DELIBEROU-SE** pela finalização de seus anexos até o dia 26 de novembro, próxima segunda-feira.
123 A Conselheira EDUARDA MOURÃO **SE COMPROMETEU** a agendar reunião da SNPM e do
124 CNDM com a equipe de transição do Governo eleito. **ORGANIZAÇÃO DA CONFERÊNCIA**
125 **NACIONAL DE MULHERES:** na sequência e cumprindo a pauta do encontro, foram debatidos
126 aspectos essenciais para a realização da próxima Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres,
127 a ocorrer em 2020. A Conselheira SHEILA SABAG propôs a formação imediata da comissão
128 organizadora e ressaltou a necessidade da publicação do relatório da última conferência de 2016,
129 atividade pendente que foi executada por meio de PRODOC com a ONU Mulheres. A Conselheira
130 CELINA AREAS propôs a definição de calendário das Conferências municipais/intermunicipais e
131 estaduais/distrital e indicou, segundo **DELIBERAÇÃO**, os seis nomes da Sociedade Civil que iriam
132 compor a Comissão, utilizando como critério inicial a participação das presidentes das Câmaras
133 Técnicas. **DECIDIU-SE** as seis conselheiras titulares: Sheila Sabag, Jeanete Assad Mazzieiro, Vanja
134 Santos, Chopelly Santos, Gláucia Morelli e Deusimar Corrê e sete conselheiras suplentes: Cristiane
135 Yukiko Kondo, Jureuda Duarte Guerra, Evelin Cavalini Santana, Eunice Aparecida da Cruz, Sônia
136 Maria Zerino da Silva, Jovanna Baby e Eduarda Mourão. A Conselheira CHOPELLY DOS SANTOS
137 relembrou ao Conselho que ainda não houve a reunião política das presidentes das Câmaras Técnicas
138 com a Secretária, o que está previsto no Regimento Interno. A Presidente suplente KILVIA
139 TEIXEIRA relembrou aos presentes a necessidade de designação da Conselheira de notório saber
140 para esse fim. Para melhor organização dos trabalhos preparatórios da Conferência, a Presidente
141 Suplente KILVIA TEIXEIRA recomendou a leitura do Decreto 9.191/2017 que estabelece as normas
142 e as diretrizes para elaboração, redação, alteração, consolidação e encaminhamento de propostas de
143 atos normativos ao Presidente da República pelos Ministros de Estado. Esclareceu, ainda, que os
144 integrantes da Comissão Nacional, por parte do Governo, não poderiam ser designados para a
145 comissão organizadora neste momento, pois ainda não há Decreto para a realização da Conferência.
146 A Conselheira SHEILA SABAG insistiu que a temática da próxima Conferência fosse definida na
147 presente reunião e relembrou os temas debatidos nas últimas ocasiões, o que foi acatado pela
148 Conselheira VANJA ANDREA, quem ressaltou a importância de que a escolha do tema não fosse
149 postergado. **DELIBEROU-SE**, então, que a definição do tema, seus eixos e a data da Conferência
150 seriam debatidos e definidos na presente reunião. Datas propostas que irão constar no Decreto:
151 Conferências Municipais/ intermunicipais: de março a julho de 2019; Conferências
152 Estaduais/distrital: de agosto a novembro de 2019; Conferência Nacional: de abril a maio de 2020.
153 As Conferências livres podem ocorrer em qualquer momento até a realização da etapa nacional. As
154 datas foram **ACORDADAS** como segue acima. A Conselheira LUCIMARA VARANIS lembrou que
155 a Comissão Organizadora das edições anteriores era composta apenas por integrantes da sociedade
156 civil e pela SPM. O assunto foi confirmado pela Conselheira SHEILA SABAG que relatou as
157 entidades participantes da última conferência e citou a PORTARIA 62 de 2015, que dispõe sobre a
158 composição desta. O pleno **APROVOU**, assim, que a Comissão Organizadora da 5ª Conferência

159 Nacional de Políticas para as Mulheres fosse definida na presente ocasião. Na sequência foram
160 debatidos os temas da próxima Conferência Nacional, segundo as seguintes propostas: primeiro:
161 Garantias e avanços de Direitos das Mulheres: Democracia, Respeito, Diversidade e Autonomia:
162 #nenhumdireitoamenos. (Proposto pela Conselheira SHEILA SABAG); Segundo: O im(pertinente)
163 compromisso das mulheres brasileiras na resistência e na garantia dos direitos na diversidade de
164 gênero e raça. (Proposto pela Conselheira JUREUDA GUERRA). A segunda proposta foi retirada
165 pela proponente, ficando **DETERMINADO** o tema da 5ª Conferência Nacional: Garantias e avanços
166 de Direitos das Mulheres: Democracia, Respeito, Diversidade e Autonomia. A discussão, em seguida,
167 girou em torno da Hashtag, com várias sugestões de alteração. A decisão será tomada, assim, com o
168 apoio da Secretaria de Comunicação do MDH. **APRESENTAÇÃO da PAJÉ MAPULU**
169 **KAMAYURÁ:** Na sequência, houve a apresentação da Pajé MAPULU KAMAYURÁ, quem foi
170 agraciada com o prêmio Direitos Humanos 2018, iniciativa do Ministério de Direitos Humanos. A
171 Pajé relatou, principalmente, problemas de carência de remédios no Alto Xingu. KAMAYURÁ
172 aprendeu com seu pai conhecimentos ancestrais, com os quais pratica a cultura e a tradição da
173 pajelança. A sua indicação e a premiação foram aclamadas pelas Conselheiras presentes, nas palavras
174 de GISELLE DUPIN, EUNICE DA CRUZ e TELMA DE MATOS. **RELATORIA DAS**
175 **CAMARAS TÉCNICAS TEMÁTICAS:** as atas e planos de trabalho das Câmaras Técnicas
176 Temáticas seguem como **ANEXO III** desta ata. **DELIBERAÇÕES** no âmbito das Câmaras: **Câmara**
177 **Técnica de Legislação e Normas:** Ficou **APROVADA** a realização de Seminário sobre os impactos
178 das reformas trabalhista e da previdência na vida das mulheres, para o mês de fevereiro de 2019.
179 **DECIDIU-SE** que as próximas reuniões do CNDM devem ocorrer nos meses de fevereiro, abril,
180 agosto e dezembro. **Câmara Técnica de Assuntos Internacionais:** O Conselheiro ALEXANDRE
181 GHISLAINE se **COMPROMETEU** a fazer o relato sobre a RMAAM e citou, ainda, a realização
182 dos eventos sobre os 25 anos do Cairo e os 25 anos da Conferência de Pequim. A BPW esclareceu
183 sobre as diligências já tomadas para a reunião paralela na CSW. O tema proposto para essa ocasião
184 foi: os direitos das mulheres refugiadas e migrantes, o que foi de **PLENO ACORDO** do Conselheiro
185 ALEXANDRE GHISLAINE, como representante do MRE. A Conselheira EUNICE **PACTUOU** o
186 envio futuro da nota conceitual, em elaboração, à CTI. As representantes da sociedade civil pediram
187 maior representatividade na Comissão do Status da Mulher, que ocorrerá em março de 2019, em Nova
188 Iorque e a Presidente ANDREZZA COLATTO **GARANTIU** buscar esforços para este
189 financiamento. **Câmara Técnica de Monitoramento do Plano Nacional:** A comissão decidiu não
190 montar subcomissões e fazer o estudo do PNPM dividindo por eixo entre suas componentes; Criação
191 de aba no site para inserção de documentos, pesquisa e artigos atualizados; promover interface,
192 parceria com a Procuradoria da Mulher no Senado, Secretaria da Mulher da Câmara Federal,
193 Comissão de Direitos Humanos e Minorias da CF, Frente Parlamentar e Judiciário (incluindo o CNJ),
194 MPF, Defensoria Pública da União; Levantamento de Leis e PL no que tange a temática de Ideologia
195 de gênero; Intersecção com a Câmara Técnica de assuntos legislativos no que tange Leis e PLs dentro
196 da temática de gênero; Analisar o PL que trata do Fundo Nacional dos Direitos da Mulher que
197 versa/apenas sobre o combate a violência contra a mulher; Interface com o Plano Nacional de
198 Educação em Direitos Humanos e Plano Nacional de Direitos Humanos; Intersecção com ODS e
199 ODMS; Monitoramento dos dados do 180 e avaliar os critérios de acolhimento e denúncias que
200 chegam ao serviço; Fazer Mapeamento da Rede Institucional e Conselhos Estaduais e Municipais;
201 Envio de recomendação à Rede Institucional e aos CEDIMs e CMDMs; Levantamento acerca dos
202 Planos/ações de Políticas para Mulheres Municipais e Estaduais; Inserir no monitoramento os
203 resultados da 2ª Conferência Nacional de Saúde da Mulher, sua publicação e aplicação. **Câmara**
204 **Técnica de Planejamento e Orçamento:** Os debates sobre o plano de trabalho da referida Câmara
205 foram retomados na manhã do dia 22 de novembro de 2018, momento em que foi proposta a criação
206 de um Grupo de Trabalho para a visita ao presídio feminino de Brasília que contasse com a presença
207 de duas representantes de cada Câmara Técnica, uma do Governo e uma da Sociedade Civil. Os nomes
208 foram, então, **DELIBERADOS**. Câmara Técnica de Monitoramento do PNPM- LOURDES
209 BARRETO e EVELIN SANTANA; Câmara Técnica de Assuntos Internacionais - LUCIMARA
210 VARANIS e DENISE PINHEIRO; Câmara Técnica de Legislação e Norma - CRISTIANE KONDO
211 e FABIANA GADELHA; Câmara Técnica de Planejamento e Orçamento - PRISCILA TEMPERANI
212 e EUNICE CRUZ. **CONCORDOU-SE**, também, pela realização de uma reunião preparatória à
213 visita, para elaboração de roteiro e definição de metas. A Conselheira ANDREMARA DOS SANTOS
214 **SE COMPROMETEU a enviar o relatório das visitas realizadas pelo CNJ a mulheres grávidas**
215 **e lactantes em estabelecimentos prisionais em todo o país** e solicitou que sejam encaminhados

216 demais estudos existentes pelas instituições para essa Câmara. As Conselheiras sugeriram, também,
217 o aditamento do projeto com a ONU Mulheres. A Presidente esclareceu que estavam em curso as
218 negociações para aditamento para mais 5 anos de projetos. A Câmara solicitou, igualmente,
219 acompanhar os trabalhos de planejamento para a CSW. **DELIBEROU-SE** que a Comissão Política
220 iria revisar e analisar o orçamento de todos os seminários e eventos previstos pelas Câmaras Técnicas,
221 para tanto, **DECIDIU-SE** pela realização da reunião desse grupo no dia anterior à próxima reunião
222 do Conselho. No final das apresentações, houve uma reivindicação pela Conselheira CRISTIANE
223 KONDO em torno do atendimento às demandas propostas pelas Câmaras Técnicas, em geral, e a
224 Conselheira LUCIMARA VARANIS reforçou o papel das Presidentes das CT's pelo
225 acompanhamento dos planos de trabalho. A Conselheira GEORGIA DIOGO esclareceu que muitas
226 das decisões tomadas no último encontro das CT's não puderam ser concretizadas pela ausência da
227 Portaria que designa as Conselheiras. As Conselheiras da sociedade civil solicitaram, ainda, que na
228 ausência da Presidente nas reuniões do CNDM, seja convocada integrante do Grupo Político para
229 presidir os trabalhos, por não reconhecerem a existência do cargo de Presidente Suplente no CNDM
230 e seguindo orientações do Art.7 do Regimento Interno. A Presidente do CNDM ANDREZZA
231 COLATTO defendeu que KILVIA TEIXEIRA foi designada como Presidente Suplente, pela Portaria
232 nº 335, de 23 de outubro de 2018 do Ministério dos Direitos Humanos. **MOÇÕES NA ÁREA DE**
233 **SAÚDE:** A Conselheira CRISTIANE KONDO apresentou duas moções para aprovação do Pleno. 1)
234 Moção ao Conselho Federal de Medicina, referentes aos plantões de sobreaviso de médicos de
235 especialidade de anestesia. Moção **APROVADA** com sugestões complementárias da Conselheira
236 SHEILA SABAG. 2) Moção ao Ministério da Saúde referente à liberação de recursos já aprovada na
237 Deliberação CIB-SUS/MG n2.645 de 22 de dezembro de 2017, destinado ao hospital Sofia Feldman.
238 Moção **APROVADA**. Ambas seguirão, também, para o Conselho Nacional de Saúde. Os documentos
239 encontram-se como **Anexo IV. PRÓXIMAS REUNIÕES DO CNDM: DECIDIU-SE** que as
240 próximas reuniões ordinárias do CNDM devem ocorrer nos meses de fevereiro, abril, agosto e
241 dezembro de 2019. De forma tentativa, fica agendada a primeira reunião para o período de 18 a 22 de
242 fevereiro. Os períodos seguintes ficam assim determinados, também de forma tentativa: 22 a 26 de
243 abril, 19 a 23 de agosto e 2 a 6 de dezembro. As duas reuniões extraordinárias devem ocorrer, em
244 função da necessidade de organização da Conferência Nacional, nos seguintes períodos: 10 a 14 de
245 junho e de 7 a 11 de outubro. **CONSELHEIRA EMÉRITA: RESOLVEU-SE** convocar a segunda
246 eleita para a categoria de Conselheira emérita, a Senhora MARIA DA PENHA, e caso haja recusa,
247 será realizada nova eleição a ser conduzida pelo comitê eleitoral criado na última reunião.
248 **APRESENTAÇÃO DO LIGUE 180:** A Servidora da Ouvidoria/MDH MARIA ANGÉLICA
249 ABEN-ATHAR fez uma apresentação sobre a disposição atual do Ligue 180. Apresentou a estrutura
250 da central, seus recursos financeiros, recursos humanos, assim como suas responsabilidades,
251 funcionamento e os motivos de sua transferência para a Ouvidoria do MDH. Abordou sobre o fluxo
252 de atendimento, o tratamento da demanda, os tipos e subtipos de violação. Informou as principais
253 legislações da pauta e apresentou dados referente a média de ligações recebidas por dia nos anos de
254 2017 e 2018. Abordou sobre os tipos de violação doméstica e familiar, medidas protetivas, ameaças,
255 tráfico de mulheres, cárcere privado, violência sexual, trabalho escravo, entre outros temas, assim
256 como quais encaminhamentos e classificação de demandas para cada tema. Relatou sobre o
257 funcionamento da Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180 e apresentou os dados de
258 atendimento, denúncias registradas e encaminhadas no ano de 2017 e 2018. Apresentou dados sobre
259 a questão do Femicídio. A 54ª Reunião Ordinária do CNDM foi finalizada no dia 22 de novembro
260 de 2018. A lista de presença consta como **ANEXO V**. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a
262 presente Ata que vai assinada por mim, Georgia Diogo Conselheira do CNDM, Rosângela da Silva
263 Vicentini Coordenadora-Geral do CNDM, pela presidente do CNDM, Andreza Winckler Colatto.

Georgia Diogo

Conselheira do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher

Rosângela da Silva Vicentini

Coordenadora Geral do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher

Andreza Winckler Cotatto

Presidente Titular do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher